

# Renda fixa terá taxaço de até 25%

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, anunciou ontem que a alíquota do Imposto de Renda (IR) sobre as aplicações financeiras em renda fixa deverá subir para 25%, no máximo. Hoje, essa alíquota é de 15% e incide sobre todo o ganho obtido pelo investidor até o momento do resgate das aplicações.

De acordo com o secretário, a taxaço vai incidir sobre todas as operações de renda fixa, como CDBs e os fundos de renda fixa. A poupança não sofrerá taxaço porque já não paga IR. Os investidores estrangeiros também não serão atingidos pelo aumento do imposto, pois continuarão pagando 15%. Os técnicos do Ministério da Fazenda, contudo, dizem que o mercado pode aumentar as taxas de juros para não sofrer perdas ou aplicar em poupança, que, dependendo da alíquota a ser estabelecida para os investimentos em renda fixa, poderá ficar muito atraente.

Para se ter uma idéia do aumento do IR das aplicações, basta imaginar um rendimento de 20% a 25% ao ano. Para manter a carga tributária

sobre o ganho real (acima da inflação) dos aplicadores em 28%, o que foi o verificado no ano passado, e considerando uma inflação de 5% ao ano, o governo teria que aumentar o imposto, segundo Parente, para 23% a 25%. Numa aplicação de R\$ 1.000 que tenha rendimento de R\$ 200 ao longo do ano, o imposto hoje é de R\$ 30. Se a alíquota passar para 25%, o imposto será de R\$ 50.

Parente explicou que, em 1996, quando o governo passou a tributar todo o ganho das aplicações – até então só era tributado o que superava a inflação –, a carga tributária real esperada pelo governo estava entre 30% e 38% porque se estimava inflação do ano em 18%. A inflação, porém, ficou em 12%, o que baixou a carga tributária das aplicações de renda fixa para 28%. Este ano, considerando os juros de antes da crise internacional, a carga tributária ficou em 18%. Ou seja, os aplicadores estão ganhando muito mais do que no ano passado.

Os contribuintes que ganham até R\$ 1.800 ficaram livres do aumento do IR na fonte em 10%. Eles continuarão pagando o que pagam hoje nos próximos dois anos. Já quem ganha mais do que isso terá que as-

sumir uma alíquota de 27,5%, contra os 25% atuais. Um contribuinte que ganha R\$ 5 mil mensais e paga hoje R\$ 906,60 de IR, passará a pagar R\$ 997,28.

O governo também vai recuar no aumento da taxa de embarque para os vôos internacionais, de US\$ 18 para US\$ 90. O aumento não vai valer para os turistas estrangeiros que saem do país nem para o turista brasileiro que viaja para os países do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai, além de Chile e Bolívia.

No caso dos incentivos fiscais, a idéia é preservar o dinheiro que vai para o Fundo Nacional de Cultura, Audiovisual e Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente. Hoje, esses recursos ficam ao lado do vale-transporte e do tíquete-refeição nos mesmos 4% de dedução que as empresas podem fazer do total de ganhos. “A idéia é criar um limite à parte, já que o percentual de dedução foi reduzido”, disse Parente. No caso do vale-transporte, o governo deve acolher propostas de sindicalistas que querem o abatimento desse custo como despesa, deixando as deduções para os gastos com tíquete-refeição.

Outro ponto do pacote que será

alterado diz respeito aos incentivos fiscais para as regiões Norte e Nordeste. Em vez do corte inicial de 50% nesses incentivos, o presidente Fernando Henrique disse que, agora, o percentual será menor. Depois, aumentará progressivamente. O presidente falou ainda em “preservar a credibilidade dos investimentos na Zona Franca de Manaus”, mas não explicou qual será o tratamento a ser dado àquela região. Ao longo da semana, políticos do Norte pediram a suspensão do corte por 90 dias, até que fosse definido um novo modelo de incentivos à região.

Por último, o governo também voltou atrás na decisão de taxar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os bens de capital.

**Mendonça de Barros** – O secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, que participou do evento junto com o ministro Pedro Malan, disse que a flexibilização das medidas anunciadas ontem não alteram a meta do governo de arrecadar R\$ 20 bilhões. Barros disse ainda que o aumento da taxaço sobre aplicações de renda fixa não afastará os investidores. “Eles sabem que é uma medida temporária”, disse.